

Dar e Cuidar da Vida*

Claudia Fonseca **

Dar a vida e cuidar da vida por Lucila Scavone é uma pequena jóia de reflexão, dentro da perspectiva das teorias críticas mais atuais, sobre temas de suma relevância. Une ponderações epistemológicas sobre a própria ciência, de Bourdieu e Foucault a Kristeva, Butler e Boaventura, com a análise histórica do movimento feminista e seu papel fundamental na definição da noção de “saúde reprodutiva feminista”. Essa coletânea de artigos, resultado de mais de vinte anos de pesquisas intensivas, condensa em seus nove capítulos, de forma clara e didática, conhecimentos que todo aluno em ciências sociais deveria ter ao seu alcance. Trata-se de uma obra de referência tanto para estudantes especializados na teoria feminista, quanto para aqueles que pretendem adentrar o campo de saúde, corpo e políticas públicas.

O livro inicia com uma discussão que liga a história das ciências sociais com a evolução da luta pelos direitos da mulher. Retoma, desde a revolução francesa, a luta feminista pelos direitos civis em pé de igualdade com homens. Passa por *O segundo sexo* – obra seminal de Simone de Beauvoir, marcando a virada entre o feminismo clássico e um novo paradigma centrado na diversidade, no relacional, na alteridade feminina – para chegar numa análise aguda do feminismo contemporâneo. Hoje, traz-se uma preocupação com a coletividade, para temperar uma visão neoliberal enfocada exclusivamente nos direitos de mulheres individuais. Temas como parto, aborto, amamentação (dar e

* Resenha do livro *Dar e Cuidar da Vida: Feminismo e Ciências Sociais* de Lucila Scavone. São Paulo, Editora UNESP, 2004, 205 p.

** Professora da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. claudiaf2@uol.com.br

cuidar da vida) voltariam ao centro do palco, não como destino inevitável, conseqüência de algum tipo de *handicap* natural, mas sim como conseqüência de circunstâncias históricas concretas. A importância desses temas traz junto uma politização de esferas vistas anteriormente como privadas ou de relevância social menor. É no bojo dessa trajetória intelectual que o conceito contemporâneo de direitos reprodutivos feministas assume seu pleno valor.

Além de traçar uma história intelectual das teorias de gênero e sua grande contribuição para a área de saúde, a autora fornece ao leitor dados históricos sobre o panorama político – que acompanha a reflexão acadêmica. Assim, adentramos os diferentes congressos internacionais – feministas e de saúde – que propulsionaram o debate entre, por um lado, proponentes da OMS (e o Banco Mundial) que abraçam uma visão utópica das tecnologias de saúde e, por outro, feministas que não aceitam perder de vista a dimensão política e conflituosa das políticas do corpo. A tensão entre esses dois campos se declara de forma contundente na discussão sobre as novas tecnologias contraceptivas. As organizações intergovernamentais tendem ao otimismo, apresentando inovações tais como Norplant e vacinas anticoncepcionais, além de métodos mais tradicionais (esterilização feminina, DIU e a pílula) como uma vitória tecnológica, capaz de resolver o “problema populacional” de países pobres. Feministas, apesar de reconhecer as vantagens possíveis dessas tecnologias – e sua capacidade de oferecer uma maior autonomia à mulher nas suas lidas com a maternidade – também chamam insistentemente atenção para as contradições sociais que, para muitas mulheres, tornam inacessíveis serviços básicos de saúde e impõem sérias limitações a suas “opções” reprodutivas.

Encontra-se, aliás, uma ambigüidade semelhante nas discussões atuais sobre as tecnologias contraceptivas (incluindo inseminação artificial, FIV, etc.). Se a postura feminista insiste na democratização dos avanços na área de saúde – reconhecendo o

direito de amparo a toda mulher que deseja ter filhos – também recomenda cautela no uso de tecnologias novas que podem provocar danos à saúde da mulher. Dados comparativos, medindo o entusiasmo brasileiro por novas tecnologias médicas contra a cautela evidente nas políticas francesas, lembram que a medicalização da saúde da mulher não é necessariamente vista por todos como um avanço. É na Conferência de Cairo de 1994 que as ativistas feministas consolidam a noção de saúde reprodutiva feminista, chamando atenção para a “cidadania reprodutiva”, isto é, políticas que se afastam dos fundamentos antidemocráticos que nortearam a origem populacional de “saúde reprodutiva” e que vão na direção de uma “cidadania reprodutiva”, atenta às desigualdades sócio-econômicas e contradições políticas da questão.

Os últimos capítulos do livro trazem os resultados de pesquisas empíricas sobre aborto numa cidade interiorana de São Paulo e sobre parteiras tradicionais em São Luiz de Maranhão. Nelas, a autora mostra suas sensibilidades etnográficas – a capacidade de escutar mulheres de diversos contextos discorrendo sobre assuntos delicados: o desejo ou não de maternidade, as relações com o companheiro, as percepções do corpo, as experiências com o corpo médico. Coloca lado a lado um saber prático, feminino, com um saber “científico”, médico para repensar uma história que desqualifica o conhecimento das “comadres” / parteiras sem necessariamente oferecer serviços “modernos” compensatórios. Enfim, com esse livro, Scavone une debate teórico e exemplos concretos, fornecendo um exemplo primoroso de pesquisa feminista – engajada, polifônica, e sensível aos detalhes contextuais do objeto. Enfim, *Dar e Cuidar da Vida* traz vida para dentro das pesquisas acadêmicas, ao mesmo tempo em que oferece um rigor analítico para a reflexão militante, tornando esse livro leitura obrigatória para todos que trabalham o corpo e a saúde reprodutiva da mulher.